



Vitor Gaspar: "Endividamento e custos incertos de financiamento pedem política fiscal e gerenciamento da dívida prudentes"

Contas públicas Elaboradas antes das novas metas, projeções do Fundo apontam país com um dos endividamentos mais altos entre emergentes

FMI projeta aumento da dívida bruta do Brasil pelo menos até 2029

Sergio Lamucci e Marcelo Osakabe De São Paulo

A dívida bruta pública brasileira vai aumentar de 84,7% do PIB em 2023 para 86,7% do PIB neste ano, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), que também estima alta nos cinco anos seguintes. Para a instituição, o indicador alcançará 93,9% do PIB em 2029, o ano mais distante para o qual o Fundo fez previsões. Esses números indicam que, nos cálculos do FMI, o novo arcabouço fiscal, que entrou em vigor neste ano, não vai estabilizar a dívida nesse horizonte. As projeções do Fundo para o resultado primário (que exclui gastos com juros) nos próximos anos, por sua vez, tiveram uma piora em relação aos números divulgados em outubro.

A estimativa da instituição para o endividamento bruto brasileiro em 2024 é a quarta maior de um grupo de 36 países emergentes, liderada por Egito, com 96,4% do PIB, Ucrânia, com 94% do PIB, e China, com 88,6% do PIB. As projeções fazem parte do Monitor Fiscal, relatório divulgado ontem. Segundo o documento, a média dos emergentes neste ano deve ficar em 70,3% do PIB. Acompanhada com atenção pelos especialistas em contas públicas, a dívida bruta é um dos indicadores mais importantes de solvência de um país.

Dois dias após a equipe econômica anunciar o aprofundamento das metas fiscais para o próximo ano, o FMI apontou a importância de um "esforço mais ambicioso" para que o país consiga recolocar a dívida em uma trajetória cadente. Questionado sobre a mudança da meta brasileira na entrevista em que apresentou a nova edição do Monitor Fiscal, o diretor do Departamento de Finanças Públicas do FMI, Vitor Gaspar, evitou comentar o assunto diretamente, mas afirmou que a incerteza sobre a consolidação fiscal "permanece alta".

"O endividamento e os custos incertos de financiamento pedem, no Brasil como em outros países, uma política fiscal e gerenciamento da dívida prudentes", afirmou Gaspar. "Colocar o Brasil numa trajetória descendente de dívida requer um esforço fiscal mais ambicioso e confiante, que deve ser ancorado na nova regra fiscal ao mesmo tempo que proteja o gasto social e o investimento."

Embora espere aumentos confi-

nuos do endividamento bruto do Brasil ao longo dos próximos anos, o FMI passou a estimar uma trajetória de alta um pouco menos acentuada no período. Em outubro do ano passado, o Fundo projetava dívida bruta de 90,3% do PIB em 2024 e de 96% do PIB em 2028, acima dos 86,7% do PIB e dos 93,4% do PIB projetados, pela ordem, no relatório publicado ontem — em outubro, o FMI não tinha divulgado previsões para 2029.

Desde outubro de 2023, o Fundo melhorou as projeções de crescimento para a economia brasileira, um fator que ajuda a melhorar a trajetória esperada para a dívida como proporção do PIB. O FMI esperava em outubro um crescimento de 1,5% em 2024 e de 1,9% em 2025, números que subiram para 2,2% e 2,1% na edição do Panorama Econômico Mundial divulgado na terça-feira, com a atualização das projeções de crescimento.

O FMI usa um critério diferente do utilizado pelo Banco Central (BC) brasileiro para calcular a dívida bruta do país. Enquanto o Fundo considera na conta os títulos do Tesouro na carteira do BC, a metodologia da autoridade monetária brasileira os exclui. Pelo conceito brasileiro, a dívida bruta ficou em 75,5% do PIB em fevereiro deste ano, tendo encerrado 2023 em 74,4% do PIB.

As estimativas do governo para a dívida bruta mostram uma trajetória bem mais favorável do que a do FMI. Pelas previsões apresentadas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLODO) de 2025, divulgado na segunda-feira, mesmo com um aprofundamento das metas fiscais, o indicador deverá subir até 79,7% do PIB em 2027, passando a recuar gradualmente ao longo dos anos seguintes; em 2029, ficaria em 79,3% do PIB. Em 2034, em 74,5% do PIB. Já o consenso dos economistas ouvidos pelo BC indica alta contínua do indicador até 2031, quando atingiria 85,68% do PIB, recuando modestamente nos dois anos seguintes. Em 2033, ano mais distante para o

Estimativas do governo mostram uma trajetória bem mais favorável do que a do FMI

qual há projeções, a dívida bruta ficaria em 85% do PIB.

As projeções do FMI foram elaboradas antes da divulgação das novas metas de resultado primário do governo central pela equipe econômica no PLODO. O governo reduziu o alvo de 2025 de um superávit de 0,5% do PIB para zero, enquanto a meta de 2026 caiu de um superávit de 1% do PIB para um saldo positivo de 0,25% do PIB. No Monitor Fiscal, o FMI estima que haverá um déficit primário de 0,6% do PIB em 2024 (a meta deste ano do governo foi mantida em zero) e de 0,3% do PIB em 2025. No ano seguinte, o rombo deverá ser zerado, nas projeções do Fundo.

Em outubro do ano passado, o FMI tinha projeções melhores para o resultado primário do Brasil. A estimativa era de um déficit de 0,2% do PIB em 2024, enquanto as previsões para 2025 e 2026 eram de superávits de 0,2% do PIB e de 0,7% do PIB, pela ordem. As projeções mais fortes de crescimento obviamente melhoraram a trajetória esperada para a dívida como proporção do PIB, ao passo que as estimativas mais fracas para o resultado primário pioraram.

A série de dados para o resultado primário do Brasil que aparece no Monitor Fiscal de 2015 a 2023 não coincide com os números do setor público consolidado, que inclui o governo federal, Estados, municípios e estados não financeiros, excluindo Petrobras e Eletrobras. As estatísticas tampouco são as da série do governo central, que reúne Tesouro, INSS e Banco Central. No arcabouço, as metas do governo são para o resultado do governo central.

No relatório, o FMI diz que algumas economias têm implementado reformas fiscais para fortalecer os arcabouços fiscais e impulsionar o crescimento potencial (aquele que não acelera a inflação), citando como exemplo o Brasil. De acordo com o Fundo, o país introduziu novas regras fiscais — uma referência à lei do novo arcabouço, aprovada em 2023 — e passou no Congresso a reforma tributária, uma iniciativa para simplificar e melhorar a eficiência do sistema de impostos.

O FMI e o Banco Mundial realizam nesta semana em Washington a tradicional reunião de primavera (no hemisfério Norte).

Ver também página A6

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



PROGRAMA DA CNC BUSCA STARTUPS PARA ATENDER A DESAFIOS DO SETOR TERCIÁRIO

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lança hoje, 18 de abril, o programa CNC Hunting, que buscará startups para atender a desafios que as empresas do setor terciário estão enfrentando no mercado brasileiro. O lançamento está marcado para as 15h30, durante o Web Summit Rio 2024, na Arena Senac-RJ, e será transmitido ao vivo pelo canal do Senac-RJ no YouTube. O diretor de Economia e Inovação da CNC, Maurício Ogawa, fará a apresentação do programa,

que é uma parceria com a plataforma de investimentos Sai do Papel.

Para participar, a startup deve apresentar solução para um ou mais dos três desafios propostos. O primeiro é "planejamento tributário e fiscal", em que se buscam ferramentas inovadoras para simplificar processos fiscais, garantir conformidade legal e aprimorar a gestão financeira dos associados ao Sistema CNC-Sesc-Senac. O segundo é "análise de dados", que visa capacitar empresários e colaborado-

res e antecipar tendências do comércio de bens, serviços e turismo para atender consumidores dinâmicos.

Por fim, o terceiro eixo é a "transição para o mercado livre de energia", em que a CNC procura soluções que simplifiquem o processo e ofereçam flexibilidade, eficiência energética e promoção da sustentabilidade.

A startup precisa já estar em fase de tração ou escala em todo o território nacional. Inscrições e mais informações estão no site encinnovation.portaldocomercio.org.br



Web Summit Rio 2024, promovido no Riocentro, será palco do lançamento do programa da CNC

CONSULADO AMERICANO PREMIA O SESC POR AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

O presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, recebeu, em nome do Sesc, o Prêmio Brazilian Environmental Leader Award (Bela), realizado pelo Consulado Geral dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro.

A premiação tem por objetivo reconhecer lideranças brasileiras que atuam no combate à crise climática e na proteção do meio ambiente. "No momento que a questão ambiental está mobilizando o mundo na busca

de ações e soluções para um planeta mais sustentável, o Sistema CNC-Sesc-Senac pode apresentar diversas iniciativas que contribuem para esse importante campo", disse Tadros.

A homenagem foi um reconhecimento às significativas contribuições do Sesc envolvendo a área de conservação de vários biomas brasileiros e de educação ambiental. Entre as diversas áreas naturais protegidas que a instituição mantém está a RPPN Sesc Pantanal,

em Mato Grosso, que é a maior Reserva Particular do Patrimônio Natural do País; a RPPN Sesc Tepequém, em Roraima; a Reserva Natural Sesc Bertoga, em São Paulo; e a Reserva Ecológica Sesc Iparana, no Ceará.

Em todos esses espaços, o trabalho de conservação é integrado ao Turismo Social, que propicia a recepção de hóspedes de todo o Brasil, e ainda à educação ambiental, que engaja as comunidades na conservação da natureza.



O cônsul-geral interino, Steven Royster, na entrega do prêmio ao presidente José Roberto Tadros

SENAC NA COMUNIDADE OFERECE MAIS DE MIL VAGAS GRATUITAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O Senac-RJ, em parceria com diversas instituições sociais da região metropolitana do Rio de Janeiro, está com inscrições abertas em cursos gratuitos de capacitação profissional dentro do projeto Senac na Comunidade. Serão oferecidas 1.590 vagas ao longo do ano de 2024 para qualificações nas áreas de

tecnologia, gastronomia, beleza, gestão, jardinagem, logística, entre outras.

O objetivo do projeto é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades por meio da formação profissional, estímulo à empregabilidade e geração de renda. Para se inscrever, é necessário apresentar RG, CPF, com-

provantes de residência e de escolaridade.

Os cursos são voltados para jovens a partir de 12 anos e adultos em situação de vulnerabilidade social, moradores das regiões e entorno dos espaços parceiros. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail senacna-comunidade@rj.senac.br.